

Segurança: um câncer social

Carlos Honorato, novembro de 2016.

Depois de ser assaltado, roubado e ter uma arma apontada para sua cabeça quatro vezes em menos de 45 dias, um comerciante localizado a duas quadras de uma delegacia de polícia em uma das avenidas mais movimentadas da capital de todos os gaúchos (Av. Protásio Alves) fechou as portas (mais uma!) por completa falta de segurança pública. Perguntado sobre o fato e, principalmente, sobre a sua reação em relação à polícia (ainda mais que é quase sua vizinha!) o que esse comerciante falou foi o seguinte: “disseram que se não houve morte eu deveria estar contente e que eles não tinham efetivo para casos onde só ocorreram roubo ou assalto!”.

Que a polícia é mal remunerada, não é novidade; que eles estão com um efetivo menor do que o desejável, todos sabem; que o governo José Ivo só consegue encontrar soluções ineficazes para a segurança, isso não é novidade; mas o que é novo nesse final de 2016 é a “nova escala de valores” estabelecido autonomamente pela polícia, que é: “se não houve morte, segue o barco, pois está tudo certo! ”. Essa é a nova “lei de ferro” dos servidores responsáveis pela segurança pública. Para reforçar e corroborar essa excrescência, uma deputada gaúcha, a senhora Maria do Rosário, antiga defensora da bandidagem, condenou publicamente uma vítima de assalto a mão armada por ter reagido e ter matado seus assaltantes com fichas criminosas quilométricas. Segundo a nobre deputada, temos agora três famílias chorando seus entes queridos (os bandidos!).

Se por um lado temos um “aparato policial” apenas simbólico e brincando de “fazer de conta”, que não investiga, não prende, não coíbe crimes e que não consegue nem sequer dar a “sensação de segurança” (Solução mágica do José Ivo!), por outro lado temos um bem montado “aparato legislativo” de defesa forte, permanente e bem equipado para proteger a bandidagem e suas ações. Liderando, de forma magnífica, temos duas figuras proeminentes da nossa sociedade: a deputada Maria do Rosário e o deputado Marcos Rolim.

Considerando que o custo de manutenção de um deputado (seus 30 assessores, verbas de gabinete, e demais mordomias!) é uma fortuna incalculável para o pobre povo pobre, fiquem sabendo todos que temos, no mínimo, duas fortunas sendo usadas para defender aquele que a qualquer hora pode botar uma arma na sua cabeça.

A incompetência do José Ivo e sua equipe, por um lado, e a anticivilidade dos nobres deputados (no mínimo os dois citados!), por outro lado, estão fazendo do pobre povo pobre uma vítima permanente e continuada da “falta de segurança”. Se continuarem assim, nem os poderes de há serão suficientes para curar esse “câncer social”!